



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN

Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional

Procuradoria da Dívida Ativa

Equipe Regional de Negociação

TERMO DE TRANSAÇÃO INDIVIDUAL

Processo SEI nº 12883.002877/2025-92

A **União - Fazenda Nacional**, pessoa jurídica de direito público, neste ato representada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, nos termos do artigo 131, § 3º, da Constituição Federal, e da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, doravante denominada “Fazenda Nacional”; e

L.R. NORDESTE S/A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob o número 03.470.672/0001-59, com endereço na Rodovia BR 101, Km 92, na cidade de Nossa Senhora do Socorro/SE, CEP 49.160-000;

LR CIA BRASILEIRA DE PRODUTOS DE HIGIENE E TOUCADOR S/A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob o número 33.089.053/0001-80, com endereço na Rua Ana Neri 321, na cidade de Rio de Janeiro/RJ, CEP 20911-441; e

FAUGHER DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob o número 10.648.706/0001-18, com endereço na Rod BR 101, Km 92, Povoado Palestina, na cidade de Nossa Senhora do Socorro/SE, CEP 49160-000;

HR COMPAR PARTICIPAÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob o número 02.083.727/0001-05, com endereço na Avenida Luis Carlos Prestes 350, sala 304, na cidade de Rio de Janeiro/RJ, CEP 22775-055;

todas neste ato representadas por seus representantes legais abaixo assinados e doravante denominada(s) “Requerente(s)”.

Cada uma das partes denominada individualmente “Parte” e, conjuntamente, “Partes” tem justo e acertado o disposto a seguir.



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN

Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional

Procuradoria da Dívida Ativa

Equipe Regional de Negociação

As Partes firmam o presente Termo de Transação Individual (“Transação” ou “Acordo”), com fundamento no artigo 171 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (“Código Tributário Nacional - CTN”), na Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, e na Portaria PGFN nº 6.757, de 29 de julho de 2022.

CLÁUSULAS GERAIS

1. Do passivo fiscal e do objeto da Transação

- 1.1. A Transação tem por finalidade a regularização dos débitos inscritos em Dívida Ativa da União e do FGTS (“Dívida Ativa”), a redução de litígios e, mediante concessões mútuas, a compatibilização dos interesses das Partes quanto à redução dos riscos e ônus associados ao inadimplemento tributário e à cobrança forçada, promovendo a satisfação do crédito público dentro dos limites da capacidade de pagamento da(s) Requerente(s).
- 1.2. A Transação objetiva o equacionamento dos seguintes débitos (“Dívida Transacionada”):
 - 1.2.1. Débitos inscritos em Dívida Ativa listados no Anexo I; e
 - 1.2.2. Débitos que, na data da celebração do Acordo, estejam sob administração da Secretaria da Receita Federal do Brasil, mas que não estejam sujeitos a contencioso administrativo fiscal, desde que listados no Anexo II;
- 1.3. Os débitos listados no Anexo III ficam excluídos do Acordo.

2. Dos litígios judiciais e administrativos

- 2.1. A(s) Requerente(s) confessa(m), de forma irrevogável e irretratável, a Dívida Transacionada, bem como a responsabilidade por seu adimplemento, abstendo-se de discuti-la em ação judicial presente ou futura.
 - 2.1.1. A confissão prevista no item anterior produz os efeitos do artigo 174, parágrafo único, do Código Tributário Nacional - CTN, cumulado com o inciso VI, do artigo 202, do Código Civil em relação aos créditos não tributários, implicando a interrupção do prazo prescricional de toda a Dívida Transacionada, renovando-se tais efeitos a cada pagamento efetuado, ainda



que a guia de arrecadação esteja vinculada a apenas uma das inscrições em Dívida Ativa.

2.1.2. Expressa e irrevogavelmente, a(s) Requerente(s) desiste(m) das ações judiciais individuais ou coletivas, impugnações ou recursos que tenham por objeto a Dívida Transacionada ou o vínculo de responsabilidade tributária, renunciando a quaisquer alegações de direito, presentes ou futuras, sobre as quais se fundam os litígios judiciais, o que deve ser formalizado por meio de pedido de extinção do respectivo processo com resolução do mérito, nos termos da alínea 'c,' do inciso III, do *caput*, do artigo 487, da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 ("Código de Processo Civil - CPC").

2.1.2.1. Ressalvadas situações expressamente previstas neste Acordo, a desistência e a renúncia de que trata o item anterior não eximem a(s) Requerente(s) do pagamento de honorários advocatícios e custas processuais já fixados em decisão judicial.

2.2. A Transação não implica renúncia de direito por parte da Fazenda Nacional na indicação de outros responsáveis, de bens ou de direitos para responder pela Dívida Transacionada, caso haja rescisão do Acordo e subsequente prosseguimento das ações de cobrança judiciais ou extrajudiciais.

2.2.1. Enquanto vigente a Transação, não corre prazo para configuração de prescrição intercorrente ou para prescrição da pretensão de redirecionar a cobrança em face de corresponsáveis.

3. Das obrigações e declarações das Partes

3.1. A Fazenda Nacional obriga-se a:

3.1.1. Presumir a boa-fé da(s) Requerente(s) em relação às declarações prestadas para fins de formalização da Transação;

3.1.2. Notificar a(s) Requerente(s) sempre que verificada hipótese de rescisão da Transação, com concessão de prazo para regularização do vício; e



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN

Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional

Procuradoria da Dívida Ativa

Equipe Regional de Negociação

- 3.1.3. Tornar público o Acordo firmado com a(s) Requerente(s), em especial as obrigações, exigências e concessões previstas, ressalvadas as informações protegidas por sigilo e as comunicações anteriores à assinatura do Acordo.
- 3.2. A(s) Requerente(s) está(ão) ciente(s) e de acordo com as condições e obrigações previstas em lei e atos regulamentares relativos à transação, assumindo, em especial, os seguintes deveres:
 - 3.2.1. Não utilizar a Transação de forma abusiva ou com finalidade de limitar, falsear ou prejudicar, de qualquer forma, a livre concorrência ou a livre iniciativa econômica;
 - 3.2.2. Fornecer, sempre que solicitadas, informações sobre bens, direitos, valores, transações, operações e demais atos que permitam à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional conhecer as respectivas situações econômicas, bem como eventuais circunstâncias que possam implicar a rescisão do Acordo;
 - 3.2.3. Autorizar o acesso da Fazenda Nacional a suas declarações e escritas fiscais;
 - 3.2.4. Não alienar bens ou direitos que possam inviabilizar ou reduzir significativamente a capacidade de pagamento dos compromissos ora assumidos, sem proceder à devida comunicação à Fazenda Nacional e demonstrar a ausência de prejuízo ao cumprimento do Acordo;
 - 3.2.5. Manter a regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
 - 3.2.6. Manter a regularidade perante a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e a Secretaria da Receita Federal do Brasil, regularizando, no prazo de 90 (noventa) dias, os débitos que se tornarem exigíveis após a formalização da Transação; e
 - 3.2.7. Em até 60 (sessenta) dias da assinatura do Acordo, peticionar em todos os processos judiciais que tenham por objeto a Dívida Transacionada, a fim de noticiar a celebração da Transação, desistir da ação, impugnação ou recurso e renunciar aos direitos sobre os quais se fundam, por meio de pedido de extinção do respectivo processo com resolução do mérito, nos termos da alínea 'c,' do inciso III, do *caput*, do artigo 487 do Código de Processo Civil -



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN

Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional

Procuradoria da Dívida Ativa

Equipe Regional de Negociação

CPC, requerendo a transformação em pagamento definitivo de depósitos judiciais eventualmente existentes.

3.3. A(s) Requerente(s) declara(m) que:

- 3.3.1. Não utiliza(m) pessoa natural ou jurídica interposta para ocultar ou dissimular a origem ou a destinação de bens, de direitos e de valores, seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários de seus atos, em prejuízo da Fazenda Nacional;
- 3.3.2. Não alienou(aram) ou onerou(aram) bens ou direitos com o propósito de frustrar a recuperação dos créditos públicos;
- 3.3.3. As informações cadastrais, patrimoniais, contábeis e fiscais prestadas à Administração Pública são verdadeiras e não foram omitidas informações quanto à propriedade de bens, direitos e valores;
- 3.3.4. Inexistem outros créditos líquidos e certos em desfavor da União, reconhecidos em decisão judicial transitada em julgado, ou precatórios federais expedidos em favor da(s) Requerente(s), além daqueles eventualmente previstos na Transação;
- 3.3.5. Autoriza(m) a compensação, no momento da efetiva disponibilização financeira, de valores relativos a precatórios federais de que seja(m) ou venha(m) a ser credora(s), de modo a adimplir prestações vencidas ou vincendas da Transação;
- 3.3.6. Autoriza(m) a compensação, no momento da efetiva disponibilização financeira, de valores relativos a restituições, ressarcimentos ou reembolsos reconhecidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, de modo a adimplir prestações vencidas ou vincendas da Transação;
- 3.3.7. Autoriza(m) a dedução dos valores devidos dos montantes a serem repassados referentes às respectivas cotas nos Fundos de Participação, caso uma ou mais Requerentes sejam Estados ou Municípios; e
- 3.3.8. Concorde(m) que quaisquer comunicações ou notificações relacionadas à Transação, inclusive aquelas relativas ao procedimento de rescisão do



Acordo, serão realizadas por meio do Portal Regularize da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional ("Portal Regularize") e serão destinadas, exclusivamente, à Requerente que constar como titular das contas de transação consolidadas no Sistema de Parcelamentos e outras Negociações da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional ("Sispar");

3.3.8.1. Na hipótese de haver mais de uma pessoa física ou jurídica qualificada como Requerente ou Interveniente do Acordo, a notificação feita na forma do item anterior aproveitará a todas as Requerentes e Intervenientes, que desde já se declaram cientes e de acordo com esta forma de comunicação.

4. Dos efeitos da Transação

4.1. Enquanto vigente a Transação, a Dívida Transacionada ficará com a exigibilidade suspensa, nos termos do artigo 151, inciso VI, do Código Tributário Nacional - CTN, cumulado com o artigo 3º, § 2º, da Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020.

4.1.1. No caso dos débitos que, na data da celebração do Acordo, estejam sob administração da Secretaria da Receita Federal do Brasil e tenham sido listados no Anexo II, para composição da Dívida Transacionada, a suspensão da exigibilidade prevista no item anterior dependerá da inscrição em Dívida Ativa, consolidação e efetiva confirmação das contas de transação no Sispar, antes do que configuram impedimento à certificação da regularidade fiscal.

4.2. A Transação importa imediato reconhecimento da responsabilidade solidária da(s) Requerente(s) por toda a Dívida Transacionada, autorizando a Fazenda Nacional a incluí-la(s) nas respectivas Certidões de Dívida Ativa, caso não conste(m) como devedora(s) principal(is).

5. Das Hipóteses e do procedimento de rescisão

5.1. Implicará rescisão do Acordo a ocorrência de quaisquer situações previstas em lei e atos regulamentares relativos à transação, bem como as seguintes situações:

5.1.1. Falta de pagamento de 3 (três) parcelas consecutivas ou alternadas em, pelo menos, uma conta de transação decorrente deste Acordo;



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN

Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional

Procuradoria da Dívida Ativa

Equipe Regional de Negociação

- 5.1.2. Falta de pagamento de, ao menos, 1 (uma) parcela, estando pagas todas as demais, em, pelo menos, uma conta de transação decorrente deste Acordo;
- 5.1.3. Não peticionamento, pela(s) Requerente(s), nos processos judiciais relativos à Dívida Transacionada, para: (a) noticiar a celebração da Transação; e (b) confessar de forma irrevogável e irretratável a Dívida Transacionada;
- 5.1.4. Descumprimento ou cumprimento irregular de quaisquer outras cláusulas ou condições do Acordo, não sanado no prazo de 30 (trinta) dias da notificação;
- 5.1.5. Concessão de medida cautelar fiscal em desfavor da(s) Requerente(s), nos termos da Lei nº 8.397, de 6 de janeiro de 1992;
- 5.1.6. Declaração de falência ou extinção por liquidação da(s) Requerente(s);
- 5.1.7. Declaração de inaptidão no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), nos termos dos artigos 80 e 81, da Lei 9.430, de 27 de dezembro de 1996;
- 5.1.8. Descumprimento das obrigações formais e materiais para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço ("FGTS");
- 5.1.9. Não regularização, no prazo de 90 (noventa) dias, dos débitos que se tornarem exigíveis perante a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e a Secretaria da Receita Federal do Brasil, após a celebração da Transação;
- 5.1.10. Constatação, pela Fazenda Nacional, de que foram inverídicas as declarações formalizadas na Transação ou prestadas no curso das negociações, inclusive em relação aos documentos contábeis e fiscais;
- 5.1.11. Constatação de que a(s) Requerente(s) se utiliza(m) de pessoa física ou jurídica interposta para ocultar ou dissimular a origem ou a destinação de bens ou direitos, seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários de seus atos, em prejuízo da Fazenda Nacional;
- 5.1.12. Constatação, pela Fazenda Nacional, de qualquer ato tendente ao esvaziamento patrimonial da(s) Requerente(s) como forma de fraudar o cumprimento da Transação, ainda que realizado anteriormente à sua celebração;



- 5.1.13. Constatação, pela Fazenda Nacional, de que a(s) Requerente(s) incorreu(ram) em fraude à execução, nos termos do artigo 185, do Código Tributário Nacional - CTN, e não reservou(aram) bens ou rendas suficientes ao total pagamento dos débitos inscritos em Dívida Ativa; e
- 5.1.14. Na hipótese de utilização de créditos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL ("PF/BCN") para liquidação ou amortização da Dívida Transacionada, a não confirmação dos créditos pela autoridade competente, sem o correspondente recolhimento da diferença apurada via Documento de Arrecadação de Receitas Federais ("DARF"), em até 30 (trinta) dias contados da notificação.
- 5.2. É vedada a desistência ou a rescisão unilateral da Transação pelas Partes.
 - 5.2.1. Caso a(s) Requerente(s) proceda(m) à desistência da Transação, ainda que para migração para modalidade de transação por adesão eventualmente disponível, sem prévia anuência da Fazenda Nacional, restará configurada hipótese de descumprimento do Acordo, apta a atrair todos os efeitos jurídicos da rescisão.
- 5.3. A rescisão da Transação implicará:
 - 5.3.1. Vedação, pelo prazo de 2 (dois) anos, contados da rescisão, da formalização de novo acordo de transação em qualquer modalidade, ainda que relativo a débitos distintos, nos termos do artigo 4º, § 4º, da Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020;
 - 5.3.2. Afastamento dos benefícios concedidos, com restabelecimento da Dívida Transacionada, sem descontos, deduzidos os valores pagos;
 - 5.3.3. Exigibilidade imediata da totalidade dos débitos confessados e ainda não pagos, com a retomada dos atos de cobrança judiciais ou extrajudiciais, incluindo o prosseguimento das execuções fiscais, a prática de atos de constrição patrimonial e de responsabilização de terceiros; e
 - 5.3.4. Execução das garantias prestadas.



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN

Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional

Procuradoria da Dívida Ativa

Equipe Regional de Negociação

- 5.3.4.1. A execução das garantias poderá, a exclusivo critério da Fazenda Nacional, ser realizada através da plataforma eletrônica regulamentada pela Portaria PGFN nº 3.050, de 06 de abril de 2022, ("Plataforma Comprei") ou outra que a substituir.
- 5.4. Quando constatada hipótese de rescisão da Transação, caberá à Fazenda Nacional notificar a(s) Requerente(s) e conceder prazo para regularização do vício ou demonstração de sua inexistência.
- 5.4.1. A notificação a que se refere o item anterior será realizada através de mensagem encaminhada pelo Portal Regularize e será destinada exclusivamente à Requerente que constar como titular das contas de transação consolidadas no Sistema de Parcelamentos e outras Negociações da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional ("Sispar").
- 5.4.1.1. Na hipótese de haver mais de uma pessoa física ou jurídica qualificada como Requerente ou Interveniente deste Acordo, a notificação feita na forma do item anterior aproveitará a todas as Requerentes e Intervenientes, que desde já se declaram cientes e de acordo com esta forma de comunicação.
- 5.4.2. Na hipótese de desistência ou rescisão unilateral da Transação, considera-se realizada a notificação de que trata o *caput*, no ato de sua formalização através do Portal Regularize.
- 5.5. A(s) Requerente(s) poderá(ão), no prazo de 30 (trinta) dias da notificação, regularizar o vício sanável ou apresentar impugnação, preservada a Transação em todos seus efeitos durante este período.
- 5.5.1. A impugnação deverá ser apresentada pelo Portal Regularize e deverá trazer todos os elementos e documentos que infirmem a hipótese de rescisão.
- 5.5.2. Após a apresentação da impugnação, todas as comunicações subsequentes serão realizadas pelo Portal Regularize, cabendo à(s) Requerente(s) acompanhar sua tramitação.



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN

Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional

Procuradoria da Dívida Ativa

Equipe Regional de Negociação

- 5.5.3. A impugnação será apreciada pela unidade da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional onde o acordo foi proposto, observadas as regras internas de distribuição de atividades.
- 5.5.4. A(s) Requerente(s) será(ão) notificada(s) da decisão por meio do Portal Regularize, sendo-lhe(s) facultado interpor recurso administrativo no prazo de 10 (dez) dias, com efeito suspensivo.
 - 5.5.4.1. O recurso administrativo deverá ser apresentado pelo Portal Regularize e expor, de forma clara e objetiva, os fundamentos do pedido de reexame, atendendo aos requisitos previstos na legislação processual civil.
- 5.5.5. Caso não haja reconsideração pela autoridade responsável pela decisão recorrida, o recurso será encaminhado para julgamento pelo Procurador-Chefe da Dívida da respectiva Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional.
- 5.5.6. A propositura de qualquer ação judicial pela(s) Requerente(s), cujo objeto coincida, no todo ou em parte, com a irresignação manifestada na esfera administrativa, implicará renúncia à instância recursal e não conhecimento de eventual recurso interposto.
- 5.6. Enquanto a impugnação à rescisão não for definitivamente julgada, a Transação permanecerá em vigor e a(s) Requerente(s) deve(m) cumprir integralmente o Acordo.
- 5.7. Caso o recurso seja julgado procedente, a circunstância que motivou a rescisão da Transação será considerada sem efeito.
- 5.8. Caso o recurso seja julgado improcedente, a Transação será definitivamente rescindida.

CLÁUSULAS ESPECÍFICAS

6. Das condições para adimplemento da Dívida Transacionada

- 6.1. As condições para adimplemento da Dívida Transacionada são estabelecidas com base na verificação da situação econômica e da capacidade de pagamento da(s)



Requerente(s), considerando as informações cadastrais, patrimoniais, contábeis e fiscais declaradas por ela(s) ou por terceiros à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e a outros órgãos da Administração Pública.

6.2. Concessão de descontos

6.2.1. Concede-se o desconto máximo de 65% (sessenta e cinco por cento), calculado por débito e aplicado de forma proporcional sobre os acréscimos legais (multa, juros e encargos), vedada a redução do montante principal.

6.3. Uso de créditos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL ("PF/BCN")

6.3.1. Fica autorizada a utilização de créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa de CSLL ("PF/BCN"), para amortização da Dívida Transacionada, respeitados os seguintes percentuais:

6.3.1.1. até 60% do saldo devedor apurado após a incidência de descontos sobre a Dívida Transacionada de natureza não-previdenciária ("Dívida Transacionada - Demais Débitos").

6.3.2. Em nenhuma hipótese, os créditos de PF/BCN poderão superar o montante de R\$ 68.329.308,05, o qual foi objeto de certificação por profissional contábil, em etapa prévia à celebração da Transação.

6.3.3. Em nenhuma hipótese, os créditos de PF/BCN poderão amortizar percentual superior a 60% (sessenta por cento) do saldo devedor apurado após a incidência dos descontos, considerando-se isoladamente a Dívida Transacionada - Previdenciária e a Dívida Transacionada - Demais Débitos.

6.3.4. A cobrança do valor liquidado com uso de créditos de PF/BCN ficará suspensa até a confirmação dos créditos pela autoridade competente, a qual dispõe de 5 (cinco) anos para proceder à verificação, sob pena de homologação tácita.

6.3.4.1. As garantias vinculadas à Transação devem ser mantidas até a confirmação dos créditos de PF/BCN e integral quitação da Transação.

6.3.5. A(s) Requerente(s) declara(m) que os montantes de PF/BCN constantes no relatório que subsidiou a Transação existem, estão regularmente escriturados



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN

Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional

Procuradoria da Dívida Ativa

Equipe Regional de Negociação

e declarados à Secretaria da Receita Federal do Brasil e estão disponíveis para utilização.

- 6.3.6. A(s) Requerente(s) obriga(m)-se a manter os livros e documentos fiscais e contábeis necessários à comprovação dos montantes de PF/BCN utilizados, por 5 (cinco) anos ou até a liquidação integral da Transação, o que acontecer depois.
- 6.3.7. A(s) Requerente(s) obriga(m)-se a promover a baixa dos montantes de PF/BCN utilizados nos livros e escriturações contábeis próprias.
- 6.3.8. A(s) Requerente(s) com valores de PF/BCN utilizados na Transação obriga(m)-se a manter o regime de apuração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica pelo lucro real, durante todo o período de vigência da Transação.

6.4. Forma de adimplemento do saldo devedor remanescente

- 6.4.1. O saldo devedor remanescente da Dívida Transacionada - Previdenciária será adimplido em 60 (sessenta) prestações, enquanto a Dívida Transacionada – Demais Débitos será adimplida em 84 (oitenta e quatro) prestações, todas mensais, sucessivas e lineares.
- 6.4.2. O prazo máximo previsto para pagamento da Dívida Transacionada - Previdenciária e da Dívida Transacionada - Demais Débitos não poderá, em hipótese alguma, ser prorrogado. Assim, caso haja saldo devedor superior ao montante previsto para a última prestação, o valor remanescente deverá ser integralmente quitado até a data de seu vencimento.
- 6.4.3. O valor de cada prestação será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (“Selic”) para títulos federais, ou por outro índice que vier a substituí-la, acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da consolidação das contas de transação no Sispar até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento for efetuado.
 - 6.4.3.1. Na hipótese de pagamento antecipado de qualquer prestação, os juros previstos no item anterior serão computados até a data do efetivo pagamento.



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN

Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional

Procuradoria da Dívida Ativa

Equipe Regional de Negociação

6.4.4. Os pagamentos serão feitos até o último dia útil de cada mês, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais ("DARF") emitido pela(s) Requerente(s) através do Portal Regularize.

6.4.4.1. A primeira prestação vencerá no último dia do mês em que consolidadas as contas de transação no Sispar.

6.4.4.2. O pagamento da primeira prestação é condição essencial para a confirmação das contas de transação no Sispar.

6.5. Critério para imputação de prestações recolhidas a maior

6.5.1. Caso sejam realizados pagamentos em valor superior ao das prestações vencidas, o excedente será alocado nas parcelas vincendas, em ordem decrescente, até o limite do saldo devedor.

6.5.1.1. A ordem de imputação prevista no item anterior aplica-se, também, aos valores decorrentes de restituições, ressarcimentos ou reembolsos reconhecidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, bem como de precatórios federais, quando não houver vinculação específica a uma prestação.

6.6. Depósitos judiciais

6.6.1. Depósitos judiciais vinculados à Dívida Transacionada deverão ser transformados em pagamento definitivo da União e imputados à respectiva inscrição em Dívida Ativa, sem descontos.

6.6.1.1. O aproveitamento dos depósitos judiciais ocorrerá após sua efetiva transformação em pagamento definitivo.

6.6.1.2. Para operacionalizar o aproveitamento dos depósitos judiciais, a Fazenda Nacional poderá retirar da conta de transação a inscrição em Dívida Ativa que receberá a imputação de pagamento e, em seguida, proceder a sua reinclusão.

6.6.1.2.1. Na hipótese de ativos financeiros bloqueados em conta bancária ou de depósitos judiciais não vinculados à Conta Única do Tesouro Nacional, os valores serão imputados



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN

Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional

Procuradoria da Dívida Ativa

Equipe Regional de Negociação

diretamente na conta de transação, salvo disposição em contrário.

6.7. Precatórios federais e outros Créditos

6.7.1. Créditos que a(s) Requerente(s) possua(m) ou venha(m) a possuir contra a União, provenientes de precatórios, de levantamento de depósitos judiciais não vinculados à Dívida Transacionada ou de qualquer outra origem, deverão ser utilizados para o pagamento das parcelas vencidas ou vincendas da Transação, a exemplo do crédito de R\$ 2.941.404,38 penhorado no Processo nº 0804487-72.2024.4.05.8500, decorrente do Precatório nº 0153837-24.2024.4.01.9198, expedido com restrição de pagamento (alvará), oriundo do Cumprimento de Sentença nº 0032859-30.2016.4.01.3400, remetido ao TRF1, cujo recurso de apelação o devedor deverá desistir/renunciar.

6.7.1.1. Os créditos mencionados no item anterior deverão ser obrigatoriamente destinados às contas de transação, ainda que, para isso, seja necessária a revisão dessas contas e a redução do montante de créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa de CSLL ("PF/BCN") autorizado, em conformidade com o artigo 36, inciso III, da Portaria PGFN nº 6.757, de 29 de julho de 2022, no exato valor efetivamente disponibilizado do precatório.

6.7.2. Créditos que a(s) Requerente(s) possua(m) ou venha(m) a possuir contra entes federados subnacionais poderão ser utilizados para o pagamento de parcelas vencidas ou vincendas da Transação, desde que os recursos financeiros estejam efetivamente disponibilizados.

7. Das garantias

7.1. Salvo previsão específica em contrário, a formalização do Acordo implica na manutenção automática dos gravames decorrentes de arrolamento de bens, de medida cautelar fiscal, de penhoras ou de garantias prestadas administrativamente, sem prejuízo do estabelecimento de outras garantias próprias da Transação.

7.2. A Transação será garantida pelos seguintes bens ou direitos:



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN

Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional

Procuradoria da Dívida Ativa

Equipe Regional de Negociação

- 7.2.1. Matrícula: 14.423, área de 20.446,60m², na BR 101, Povoado Palestina, Nossa Senhora do Socorro/SE, penhorado na EF nº 0803464-96.2021.4.05.8500 e avaliado em 10/11/2021 por R\$ 4.090.000,00;
- 7.2.2. Matrícula: 14.424, área de 44.163,99m², na BR 101, Povoado Palestina, Nossa Senhora do Socorro/SE, penhorado na EF nº 0803464-96.2021.4.05.8500 e avaliado em 10/11/2021 por R\$ 7.750.000,00;
- 7.2.3. Matrícula: 14.425, área de 61.115,09m², na BR 101, Povoado Palestina, Nossa Senhora do Socorro/SE, penhorado na EF nº 0803464-96.2021.4.05.8500 e avaliado em 10/11/2021 por R\$ 18.700.000,00;
- 7.2.4. Matrícula: 71.696, Rua Ana Neri, 308, bairro de Benfica, Rio de Janeiro/RJ, penhorado na Execução Fiscal nº 0013875-09.2016.4.02.5101/RJ e avaliado conjuntamente com todas as matrículas a seguir indicadas por R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais);
- 7.2.5. Matrícula: 103.274, Rua Vigário Morato, 39, bairro de Benfica, Rio de Janeiro/RJ, penhorado na Execução Fiscal nº 0162444-49.2016.4.02.5101/RJ, sem avaliação;
- 7.2.6. Complexo Industrial, em nome da BENFICA ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS PRÓPRIOS S/A (antiga LR CIA BRASILEIRA DE PRODUTOS DE HIGIENE E TOUCADOR), penhorado na Execução Fiscal nº 0013875-09.2016.4.02.5101/RJ e avaliado conjuntamente com todas as matrículas a seguir indicadas por R\$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de reais):
 - 7.2.6.1. Matrículas 76.066, Rua Ana Neri, 259, bairro de Benfica, Rio de Janeiro/RJ;
 - 7.2.6.2. Matrícula 89.285, Rua Ana Neri, 259, bairro de Benfica, Rio de Janeiro/RJ;
 - 7.2.6.3. Matrícula 89.286, Rua Ana Neri, 259, bairro de Benfica, Rio de Janeiro/RJ;
 - 7.2.6.4. Matrícula 89.287, Rua Ana Neri, 259, bairro de Benfica, Rio de Janeiro/RJ;
 - 7.2.6.5. Matrícula 89.289, Rua Ana Neri, 259, bairro de Benfica, Rio de Janeiro/RJ;



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN

Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional

Procuradoria da Dívida Ativa

Equipe Regional de Negociação

7.2.6.6. Matrícula 89.290, Rua Ana Neri, 259, bairro de Benfica, Rio de Janeiro/RJ;

7.2.6.7. Matrícula 71.889, Rua Ana Neri, 259, bairro de Benfica, Rio de Janeiro/RJ;

7.2.6.8. Matrícula 67.959, Rua Ana Neri, 259, bairro de Benfica, Rio de Janeiro/RJ;

7.2.6.9. Matrícula 65.198, Rua Ana Neri, 259, bairro de Benfica, Rio de Janeiro/RJ.

7.3. A garantia deverá ser mantida até a integral liquidação da Transação, momento em que poderá ser liberada, mediante concordância da Fazenda Nacional nos autos judiciais em que formalizada a penhora.

7.4. Em caso de perecimento, depreciação, deterioração ou oneração que cause redução significativa do valor atribuído aos bens e direitos que garantem a Transação, a(s) Requerente(s) se compromete(m) a promover a substituição ou o reforço da garantia, mediante prévia anuência da Fazenda Nacional.

7.4.1. Entende-se por significativa a redução igual ou superior a 25% do valor atribuído aos bens e direitos que garantem a Transação.

8. Da possibilidade de alienação dos ativos dados em garantia

8.1. Os bens e direitos que garantem a Transação poderão ser objeto de alienação pela(s) Requerente(s), mediante anuência prévia e expressa da Fazenda Nacional.

8.1.1. A anuência da Fazenda Nacional com a alienação dos bens e direitos que garantem a Transação, livre de ônus para o adquirente, poderá ser condicionada à destinação do produto da venda ao adimplemento das prestações vencidas e vincendas do Acordo, bem como à substituição da garantia.

8.1.2. A alienação dos bens e direitos que garantem a Transação, livres de ônus para o adquirente, poderá, a exclusivo critério da Fazenda Nacional, seguir o rito do artigo 880 do Código de Processo Civil ("CPC") ou se dar mediante a inclusão da Fazenda Nacional como interveniente anuente do contrato de compra e venda.



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN

Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional

Procuradoria da Dívida Ativa

Equipe Regional de Negociação

- 8.2. A(s) Requerente(s) anui(em) com a utilização da Plataforma Comprei para eventual alienação dos bens e direitos que garantem a Transação.
- 8.3. As prestações da Transação deverão ser quitadas tempestivamente, independentemente do exercício da prerrogativa e do êxito da alienação prevista neste tópico.

9. Das garantias e obrigações relativas aos débitos não transacionados

- 9.1. Os débitos listados no Anexo III, que não compuseram a Dívida Transacionada, encontram-se garantidos pelas penhoras realizadas respectivamente nas execuções fiscais nº 0803464-96.2021.4.05.8500 e 0162444-49.2016.4.02.5101, assim como pelos demais bens dados em garantia neste acordo, arrolados no item 7.2.
- 9.2. Na hipótese de os débitos listados no Anexo III perderem sua garantia durante a vigência da Transação, deverão ser regularizados no prazo de 90 (noventa) dias.

DISPOSIÇÕES FINAIS

- 10. A formalização da Transação:
 - 10.1. Não dispensa a(s) Requerente(s) do recolhimento das obrigações tributárias correntes ou do cumprimento das obrigações acessórias;
 - 10.2. Não impede a regular incidência de juros sobre os débitos inscritos em Dívida Ativa, aplicando-se o índice legal vigente para a atualização dos créditos tributários federais;
 - 10.3. Não pode ser interpretada de forma a implicar renúncia às garantias e privilégios do crédito tributário; e
 - 10.4. Submete-se à ampla publicidade e transparência ativa, resguardadas as informações protegidas por sigilo e as comunicações anteriores à assinatura do Acordo.
- 11. A Transação produzirá efeitos a partir da assinatura do Acordo pelas Partes e permanecerá vigente pelo prazo estabelecido no plano de pagamento ou por período menor, caso a Dívida



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN

Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional

Procuradoria da Dívida Ativa

Equipe Regional de Negociação

Transacionada seja integralmente adimplida e todas as obrigações contratuais sejam plenamente cumpridas.

- 11.1. O Acordo vincula e produz efeitos sobre a(s) Requerente(s), seus sucessores e adquirentes a qualquer título, ainda que a Fazenda Nacional não participe ou tome conhecimento dos eventos relacionados à sucessão ou às alterações societárias.
12. A Transação foi autorizada de acordo com as alçadas previstas nos artigos 61 a 63 da Portaria PGFN nº 6.757, de 29 de julho de 2022, conforme registro no Processo SEI nº 12883.002877/2025-92.
13. Fica eleito o foro da Seção Judiciária de Aracaju/SE para a resolução de quaisquer questões relacionadas à Transação.
14. Os valores nominais indicados no Acordo são estimativas aproximadas, que serão atualizados e considerados definitivos no momento da consolidação das contas de transação no Sispar.
15. Situações e circunstâncias não previstas no Acordo serão resolvidas conforme as disposições da Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, e da Portaria PGFN nº 6.757, de 29 de julho de 2022.

ANEXOS

I - Listagem das inscrições em Dívida Ativa incluídas na Transação;

Extrato SISPAR

II - Listagem dos débitos incluídos na Transação que, na data da celebração do Acordo, estejam sob administração da Secretaria da Receita Federal do Brasil;



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN

Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional

Procuradoria da Dívida Ativa

Equipe Regional de Negociação

Anexo II – Listagem dos débitos incluídos na Transação que, na data da celebração do acordo, estejam sob administração da Secretaria da Receita Federal do Brasil

LR Nordeste (03.470.672/0001-59)

Conta corrente

TRP3						
<input type="checkbox"/>	Rec.	PA/Ex.	DI.Vcto.	Valor Original	Saldo Devedor	Informações Complementares
<input type="checkbox"/>	2362-01	09/2020	30/09/2020	2.610,15	2.610,15	
<input type="checkbox"/>	2362-01	09/2020	30/10/2020	127.114,72	127.114,72	
<input type="checkbox"/>	2362-01	10/2020	30/11/2020	163.159,67	163.159,67	
<input type="checkbox"/>	2362-01	11/2020	30/12/2020	70.832,55	70.832,55	
<input type="checkbox"/>	2362-01	12/2020	29/01/2021	147.454,42	147.454,42	
CNS4						
<input type="checkbox"/>	Rec.	PA/Ex.	DI.Vcto.	Valor Original	Saldo Devedor	Informações Complementares
<input type="checkbox"/>	2484-01	09/2020	30/09/2020	1.720,98	1.720,98	
<input type="checkbox"/>	2484-01	09/2020	30/10/2020	56.719,63	56.719,63	
<input type="checkbox"/>	2484-01	10/2020	30/11/2020	65.337,89	65.337,89	
<input type="checkbox"/>	2484-01	11/2020	30/12/2020	28.812,86	28.812,86	
<input type="checkbox"/>	2484-01	12/2020	29/01/2021	59.124,83	59.124,83	
CP-PATRÔNIAL						
<input type="checkbox"/>	Rec.	PA/Ex.	DI.Vcto.	Valor Original	Saldo Devedor	Informações Complementares
<input type="checkbox"/>	1138-01	10/2025	10/11/2025	115.545,32	112.480,15	
<input type="checkbox"/>	1138-04	10/2025	10/11/2025	7.315,05	7.315,05	
<input type="checkbox"/>	1046-01	10/2025	10/11/2025	18.423,72	18.423,72	

PA 10510.722943/2018-28

Extrato de Processo - Situação Fiscal do Contribuinte - e - CAC						
Contribuinte: 03.470.572/0001-59			Processo: 10510.722.943/2018-28			
Situação: DEVEDOR						
Localização: SEC. DE V. ATIVA LÍNEA - PRFN-PE						
Rec.	PA/Ex.	DI.Vcto.	Valor Original	Saldo Devedor	Informações Complementares	
6912-01	01/2012	24/02/2012	802,25	802,25		
6912-01	02/2012	23/03/2012	499,27	499,27		
6912-01	03/2012	25/04/2012	703,89	703,89		
6912-01	04/2012	25/05/2012	91,09	91,09		
6912-01	04/2012	25/05/2012	132,49	132,49		
6912-01	05/2012	25/06/2012	124,88	124,88		
6912-01	05/2012	25/06/2012	674,28	674,28		
6912-01	06/2012	25/06/2012	476,27	476,27		
6912-01	06/2012	25/06/2012	465,88	465,88		
6912-01	10/2012	23/11/2012	39,23	39,23		
6912-01	10/2012	23/11/2012	455,32	455,32		
6912-01	11/2012	24/12/2012	33,99	33,99		
6912-01	11/2012	24/12/2012	260,94	260,94		
6912-01	12/2012	25/01/2013	2.061,94	2.061,94		
6912-01	01/2013	23/02/2013	408,36	408,36		
6912-01	01/2013	25/02/2013	4.285,53	4.285,53		
6912-01	02/2013	25/03/2013	35,59	35,59		
6912-01	02/2013	25/03/2013	509,43	509,43		
6912-01	03/2013	25/04/2013	576,81	576,81		
6912-01	03/2013	25/04/2013	1.521,56	1.521,56		
6912-01	04/2013	24/05/2013	658,97	658,97		
6912-01	04/2013	24/05/2013	1.643,64	1.643,64		
6912-01	05/2013	25/06/2013	671,84	671,84		
6912-01	05/2013	25/06/2013	3.397,40	3.397,40		
6912-01	06/2013	25/07/2013	121,69	121,69		
6912-01	06/2013	25/07/2013	387,02	387,02		
6912-01	07/2013	23/08/2013	1.338,88	1.338,88		
6912-01	07/2013	23/08/2013	4.119,54	4.119,54		
6912-01	09/2013	25/10/2013	167,71	167,71		
6912-01	09/2013	25/10/2013	420,50	420,50		
6912-01	10/2013	25/11/2013	474,01	474,01		
6912-01	10/2013	25/11/2013	2.310,93	2.310,93		
6912-01	11/2013	24/12/2013	358,78	358,78		
6912-01	11/2013	24/12/2013	2.359,67	2.359,67		
6912-01	05/2014	25/06/2014	315,53	315,53		
6912-01	07/2014	25/08/2014	456,97	456,97		
6912-01	08/2014	25/09/2014	257,58	257,58		
6912-01	10/2014	25/11/2014	104,52	104,52		
6912-01	10/2014	25/11/2014	445,52	445,52		
6912-01	11/2014	24/12/2014	69,05	69,05		
6912-01	11/2014	24/12/2014	509,94	509,94		
6912-01	06/2015	24/07/2015	102,27	102,27		
6912-01	06/2015	24/07/2015	643,51	643,51		



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN

Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional

Procuradoria da Dívida Ativa

Equipe Regional de Negociação

<input type="checkbox"/>	6912-02	09/2015	23/10/2015	69,39	69,39
<input type="checkbox"/>	6912-01	09/2015	23/10/2015	394,50	394,50
<input type="checkbox"/>	6912-02	11/2015	24/12/2015	50,07	50,07
<input type="checkbox"/>	6912-01	11/2015	24/12/2015	570,33	570,33
<input type="checkbox"/>	6912-02	12/2015	25/01/2016	83,74	83,74
<input type="checkbox"/>	6912-01	12/2015	25/01/2016	388,35	388,35
<input type="checkbox"/>	6912-02	01/2016	25/02/2016	69,09	69,09
<input type="checkbox"/>	6912-01	01/2016	25/02/2016	662,47	662,47
<input type="checkbox"/>	6912-02	03/2016	25/04/2016	79,80	79,80
<input type="checkbox"/>	6912-01	03/2016	25/04/2016	417,01	417,01
<input type="checkbox"/>	6912-02	04/2016	25/05/2016	78,71	78,71
<input type="checkbox"/>	6912-01	04/2016	25/05/2016	392,31	392,31
<input type="checkbox"/>	6912-02	05/2016	25/06/2016	110,35	110,35
<input type="checkbox"/>	6912-01	05/2016	25/06/2016	681,35	681,35
<input type="checkbox"/>	6912-02	12/2016	25/01/2017	284,95	284,95
<input type="checkbox"/>	6912-01	12/2016	25/01/2017	1.795,95	1.795,95
<input type="checkbox"/>	6912-02	01/2017	24/02/2017	91,57	91,57
<input type="checkbox"/>	6912-01	01/2017	24/02/2017	361,58	361,58
<input type="checkbox"/>	6912-02	02/2017	24/03/2017	68,75	68,75
<input type="checkbox"/>	6912-01	02/2017	24/03/2017	412,40	412,40
<input type="checkbox"/>	6912-02	03/2017	25/04/2017	423,10	423,10
<input type="checkbox"/>	6912-01	03/2017	25/04/2017	1.809,36	1.809,36
<input type="checkbox"/>	6912-01	04/2017	25/05/2017	3.803,66	3.803,66
<input type="checkbox"/>	6912-01	05/2017	25/07/2017	3.520,88	3.520,88
<input type="checkbox"/>	6912-01	07/2017	25/08/2017	2.969,21	2.969,21
<input type="checkbox"/>	6912-02	08/2017	25/09/2017	542,88	542,88
<input type="checkbox"/>	6912-01	08/2017	25/09/2017	3.179,29	3.179,29
<input type="checkbox"/>	6912-02	09/2017	25/10/2017	632,71	632,71
<input type="checkbox"/>	6912-01	09/2017	25/10/2017	3.924,59	3.924,59
<input type="checkbox"/>	6912-02	12/2017	25/01/2018	709,05	709,05
<input type="checkbox"/>	6912-01	12/2017	25/01/2018	2.951,00	2.951,00
<input type="checkbox"/>	6912-02	07/2018	24/08/2018	596,82	596,82
<input type="checkbox"/>	6912-01	07/2018	24/08/2018	3.120,35	3.120,35
<input type="checkbox"/>	6912-01	01/2012	24/07/2012	3.744,59	3.744,59
<input type="checkbox"/>	6912-01	02/2012	23/03/2012	2.353,69	2.353,69
<input type="checkbox"/>	6912-01	03/2012	25/04/2012	3.295,52	3.295,52
<input type="checkbox"/>	6912-02	04/2012	25/05/2012	427,71	427,71
<input type="checkbox"/>	6912-01	04/2012	25/05/2012	720,68	720,68
<input type="checkbox"/>	6912-01	05/2012	25/06/2012	584,68	584,68
<input type="checkbox"/>	6912-01	05/2012	25/06/2012	3.161,94	3.161,94
<input type="checkbox"/>	6912-02	08/2012	25/08/2012	203,19	203,19
<input type="checkbox"/>	6912-01	08/2012	25/08/2012	2.229,94	2.229,94
<input type="checkbox"/>	6912-01	09/2012	25/10/2012	290,83	290,83
<input type="checkbox"/>	6912-01	09/2012	25/10/2012	2.178,96	2.178,96
<input type="checkbox"/>	6912-01	10/2012	23/11/2012	261,20	261,20
<input type="checkbox"/>	6912-01	10/2012	23/11/2012	2.135,20	2.135,20
<input type="checkbox"/>	6912-01	11/2012	24/12/2012	158,36	158,36
<input type="checkbox"/>	6912-01	11/2012	24/12/2012	1.224,48	1.224,48
<input type="checkbox"/>	6912-01	12/2012	25/01/2013	1.117,60	1.117,60
<input type="checkbox"/>	6912-01	12/2012	25/01/2013	9.660,89	9.660,89
<input type="checkbox"/>	6912-01	01/2013	25/02/2013	1.902,42	1.902,42
<input type="checkbox"/>	6912-01	01/2013	25/02/2013	20.073,51	20.073,51
<input type="checkbox"/>	6912-01	02/2013	25/03/2013	258,19	258,19
<input type="checkbox"/>	6912-01	02/2013	25/03/2013	2.386,73	2.386,73
<input type="checkbox"/>	6912-01	03/2013	25/04/2013	2.857,76	2.857,76
<input type="checkbox"/>	6912-01	03/2013	25/04/2013	7.090,30	7.090,30
<input type="checkbox"/>	6912-01	04/2013	24/05/2013	3.060,75	3.060,75
<input type="checkbox"/>	6912-01	04/2013	24/05/2013	7.719,70	7.719,70
<input type="checkbox"/>	6912-01	05/2013	25/06/2013	3.121,68	3.121,68
<input type="checkbox"/>	6912-01	05/2013	25/06/2013	15.029,71	15.029,71
<input type="checkbox"/>	6912-01	06/2013	25/07/2013	365,61	365,61
<input type="checkbox"/>	6912-01	06/2013	25/07/2013	1.816,53	1.816,53
<input type="checkbox"/>	6912-01	07/2013	23/08/2013	6.329,76	6.329,76
<input type="checkbox"/>	6912-01	07/2013	23/08/2013	19.324,66	19.324,66
<input type="checkbox"/>	6912-01	08/2013	25/09/2013	17.919,81	17.919,81
<input type="checkbox"/>	6912-01	09/2013	25/10/2013	779,18	779,18
<input type="checkbox"/>	6912-01	09/2013	25/10/2013	2.018,84	2.018,84
<input type="checkbox"/>	6912-01	10/2013	25/11/2013	2.198,48	2.198,48
<input type="checkbox"/>	6912-01	10/2013	25/11/2013	11.121,65	11.121,65
<input type="checkbox"/>	6912-01	11/2013	24/12/2013	1.067,60	1.067,60
<input type="checkbox"/>	6912-01	11/2013	24/12/2013	11.059,74	11.059,74



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN

Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional

Procuradoria da Dívida Ativa

Equipe Regional de Negociação

<input type="checkbox"/>	5856-01	03/2014	25/06/2014	1.478,17	1.478,17
<input type="checkbox"/>	5856-01	06/2014	25/07/2014	2.290,79	2.290,79
<input type="checkbox"/>	5856-01	07/2014	25/08/2014	2.141,65	2.141,65
<input type="checkbox"/>	5856-01	08/2014	25/09/2014	1.208,57	1.208,57
<input type="checkbox"/>	5856-01	09/2014	24/10/2014	1.994,31	1.994,31
<input type="checkbox"/>	1840-02	10/2014	25/11/2014	485,70	485,70
<input type="checkbox"/>	5856-01	10/2014	25/11/2014	2.060,59	2.060,59
<input type="checkbox"/>	1840-02	11/2014	24/12/2014	321,41	321,41
<input type="checkbox"/>	5856-01	11/2014	24/12/2014	2.809,32	2.809,32
<input type="checkbox"/>	1840-02	04/2015	24/07/2015	476,23	476,23
<input type="checkbox"/>	5856-01	04/2015	24/07/2015	3.015,43	3.015,43
<input type="checkbox"/>	5856-01	07/2015	25/08/2015	4.709,48	4.709,48
<input type="checkbox"/>	1840-02	09/2015	23/10/2015	323,49	323,49
<input type="checkbox"/>	5856-01	09/2015	23/10/2015	1.848,43	1.848,43
<input type="checkbox"/>	1840-02	10/2015	25/11/2015	409,15	409,15
<input type="checkbox"/>	5856-01	10/2015	25/11/2015	1.651,86	1.651,86
<input type="checkbox"/>	1840-02	11/2015	24/12/2015	233,50	233,50
<input type="checkbox"/>	5856-01	11/2015	24/12/2015	2.672,22	2.672,22
<input type="checkbox"/>	1840-02	12/2015	25/01/2016	388,91	388,91
<input type="checkbox"/>	5856-01	12/2015	25/01/2016	1.821,23	1.821,23
<input type="checkbox"/>	1840-02	01/2016	25/02/2016	322,18	322,18
<input type="checkbox"/>	5856-01	01/2016	25/02/2016	3.102,99	3.102,99
<input type="checkbox"/>	1840-02	02/2016	24/03/2016	541,65	541,65
<input type="checkbox"/>	5856-01	02/2016	24/03/2016	1.955,45	1.955,45
<input type="checkbox"/>	1840-02	03/2016	25/04/2016	370,60	370,60
<input type="checkbox"/>	5856-01	03/2016	25/04/2016	1.955,56	1.955,56
<input type="checkbox"/>	1840-02	04/2016	25/05/2016	365,58	365,58
<input type="checkbox"/>	5856-01	04/2016	25/05/2016	1.839,95	1.839,95
<input type="checkbox"/>	5856-01	05/2016	24/06/2016	2.947,85	2.947,85
<input type="checkbox"/>	5856-01	06/2016	25/07/2016	1.871,82	1.871,82
<input type="checkbox"/>	5856-01	08/2016	23/09/2016	2.783,94	2.783,94
<input type="checkbox"/>	1840-02	09/2016	25/10/2016	513,60	513,60
<input type="checkbox"/>	5856-01	09/2016	25/10/2016	3.193,05	3.193,05
<input type="checkbox"/>	1840-02	12/2016	25/01/2017	1.327,03	1.327,03
<input type="checkbox"/>	5856-01	12/2016	25/01/2017	8.431,36	8.431,36
<input type="checkbox"/>	1840-02	02/2017	24/02/2017	424,97	424,97
<input type="checkbox"/>	5856-01	02/2017	24/02/2017	1.696,87	1.696,87
<input type="checkbox"/>	1840-02	02/2017	24/03/2017	370,05	370,05
<input type="checkbox"/>	5856-01	02/2017	24/03/2017	1.937,61	1.937,61
<input type="checkbox"/>	1840-02	03/2017	25/04/2017	1.968,12	1.968,12
<input type="checkbox"/>	5856-01	03/2017	25/04/2017	8.484,00	8.484,00
<input type="checkbox"/>	5856-01	04/2017	25/05/2017	17.822,29	17.822,29
<input type="checkbox"/>	5856-01	05/2017	23/06/2017	14.633,06	14.633,06
<input type="checkbox"/>	5856-01	06/2017	25/07/2017	16.495,23	16.495,23
<input type="checkbox"/>	5856-01	07/2017	25/08/2017	13.613,35	13.613,35
<input type="checkbox"/>	1840-02	08/2017	25/09/2017	2.523,23	2.523,23
<input type="checkbox"/>	5856-01	08/2017	25/09/2017	14.899,98	14.899,98
<input type="checkbox"/>	1840-02	09/2017	25/10/2017	2.645,40	2.645,40
<input type="checkbox"/>	5856-01	09/2017	25/10/2017	18.392,34	18.392,34
<input type="checkbox"/>	1840-02	12/2017	25/01/2018	3.302,26	3.302,26
<input type="checkbox"/>	5856-01	12/2017	25/01/2018	13.833,87	13.833,87
<input type="checkbox"/>	1840-02	07/2018	24/08/2018	2.767,21	2.767,21

PA 19555.724518/2025-51

Contribuinte:
SITUAÇÃO:
Localização:

03-470.672/0001-59
DEVEDOR
DEL REC FED ADMNIST TRIBUTARIA-SOR-DA

Extroto de Processo - Situação Fiscal do Contribuinte - e CAC

19/11/2025

Processo: 19555.724.518/2025-51

	Roc.	PA/Ex.	DLÍcto	Valor Original	Saldo Devedor	Informações Complementares
<input type="checkbox"/>	5123-01	08/2023	25/09/2023	624.550,32	624.550,32	
<input type="checkbox"/>	1921-02	08/2023	25/09/2023	22.815,74	22.815,74	
<input type="checkbox"/>	6912-01	08/2023	25/09/2023	156.874,03	156.874,03	
<input type="checkbox"/>	1840-02	08/2023	25/09/2023	106.819,38	106.819,38	
<input type="checkbox"/>	5856-01	08/2023	25/09/2023	739.913,08	739.913,08	

☐ Selecionar todos os débitos

Enviar Data

Voltar

Processo eletrônico
Data de inscrição



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN

Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional

Procuradoria da Dívida Ativa

Equipe Regional de Negociação

Parcelamento Lei 12.996/2014 (Demais débitos)

CNPJ: 03.470.672/0001-59 (matriz)

Débitos não agrupados em processo

Código de Receita	PA	Moeda	Vencimento	Saldo Originário	Valor do Principal	Valor das Multas	Valor dos Juros	Valor Consolidado Sem Reduções	Situação do Débito
0561	09/2012	REAL	19/10/2012	98.730,86	98.730,86	19.746,17	15.688,33	134.165,36	Em Cobrança
1708	11/2010	REAL	20/12/2010	1,11	1,11	0,22	0,37	1,70	Em Cobrança
1840	07/2013	REAL	23/08/2013	130.893,85	130.893,85	26.178,77	12.958,49	170.031,11	Em Cobrança
1840	09/2013	REAL	25/10/2013	142.073,08	142.073,08	28.414,61	11.905,72	182.393,41	Em Cobrança
1840	10/2013	REAL	25/11/2013	79.688,05	79.688,05	15.937,61	6.104,10	101.729,76	Em Cobrança
1840	11/2013	REAL	24/12/2013	67.631,70	67.631,70	13.526,34	4.646,29	85.804,33	Em Cobrança
1921	07/2013	REAL	23/08/2013	27.957,91	27.957,91	5.591,58	2.767,83	36.317,32	Em Cobrança
1921	09/2013	REAL	25/10/2013	30.345,71	30.345,71	6.069,14	2.542,97	38.957,82	Em Cobrança
1921	10/2013	REAL	25/11/2013	17.020,75	17.020,75	3.404,15	1.303,78	21.728,68	Em Cobrança
1921	11/2013	REAL	24/12/2013	14.445,61	14.445,61	2.889,12	992,41	18.327,14	Em Cobrança
2991	01/2013	REAL	20/02/2013	82.986,31	82.986,31	16.597,26	11.369,12	110.952,69	Em Cobrança
2991	03/2013	REAL	19/04/2013	72.443,43	72.443,43	14.488,68	9.084,40	96.016,51	Em Cobrança
2991	04/2013	REAL	20/05/2013	67.927,06	67.927,06	13.585,41	8.110,49	89.622,96	Em Cobrança
2991	05/2013	REAL	20/06/2013	75.632,91	75.632,91	15.126,58	8.569,20	99.328,69	Em Cobrança
2991	06/2013	REAL	19/07/2013	63.653,99	63.653,99	12.730,79	6.753,68	83.138,46	Em Cobrança
2991	07/2013	REAL	20/08/2013	74.211,97	74.211,97	14.842,39	7.346,98	96.401,34	Em Cobrança
2991	08/2013	REAL	20/09/2013	74.113,13	74.113,13	14.822,62	6.810,99	95.746,74	Em Cobrança
2991	10/2013	REAL	20/11/2013	76.839,89	76.839,89	15.367,97	5.885,93	98.093,79	Em Cobrança
2991	11/2013	REAL	20/12/2013	74.654,31	74.654,31	14.930,86	5.128,75	94.713,92	Em Cobrança
5123	07/2013	REAL	23/08/2013	455.155,98	455.155,98	91.031,19	45.060,44	591.247,61	Em Cobrança
5123	08/2013	REAL	25/09/2013	490.486,96	490.486,96	98.097,39	45.075,75	633.660,10	Em Cobrança
5123	09/2013	REAL	25/10/2013	402.343,43	402.343,43	80.468,68	33.716,37	516.528,48	Em Cobrança
5123	10/2013	REAL	25/11/2013	435.045,85	435.045,85	87.009,17	33.324,51	555.379,53	Em Cobrança
5123	11/2013	REAL	24/12/2013	458.534,62	458.534,62	91.706,92	31.501,32	581.742,86	Em Cobrança
5856	07/2013	REAL	23/08/2013	400.185,66	400.185,66	80.037,13	39.618,38	519.841,17	Em Cobrança
5856	08/2013	REAL	25/09/2013	440.470,63	440.470,63	88.094,12	40.479,25	569.044,00	Em Cobrança
5856	09/2013	REAL	25/10/2013	367.742,49	367.742,49	73.548,49	30.816,82	472.107,80	Em Cobrança
5856	10/2013	REAL	25/11/2013	403.103,41	403.103,41	80.620,68	30.877,72	514.601,81	Em Cobrança
5856	11/2013	REAL	24/12/2013	448.541,26	448.541,26	89.708,25	30.814,78	569.064,29	Em Cobrança
5952	07/2011	REAL	15/08/2011	3,49	3,49	0,69	0,92	5,10	Em Cobrança
6808	11/2011	REAL	03/02/2012	500,00	500,00	0,00	106,60	606,60	Em Cobrança
6808	12/2011	REAL	03/02/2012	500,00	500,00	0,00	106,60	606,60	Em Cobrança
6808	06/2013	REAL	26/08/2013	12.936,50	12.936,50	0,00	1.280,71	14.217,21	Em Cobrança
6808	06/2013	REAL	26/08/2013	8.695,10	8.695,10	0,00	860,81	9.555,91	Em Cobrança
6808	06/2013	REAL	26/08/2013	9.240,06	9.240,06	0,00	914,76	10.154,82	Em Cobrança
6808	06/2013	REAL	26/08/2013	10.027,01	10.027,01	0,00	992,67	11.019,68	Em Cobrança
6808	06/2013	REAL	26/08/2013	9.136,94	9.136,94	0,00	904,55	10.041,49	Em Cobrança
6912	07/2013	REAL	23/08/2013	84.756,21	84.756,21	16.951,24	8.390,86	110.098,31	Em Cobrança
6912	09/2013	REAL	25/10/2013	77.729,20	77.729,20	15.545,84	6.513,70	99.788,74	Em Cobrança
6912	10/2013	REAL	25/11/2013	85.134,81	85.134,81	17.026,96	6.521,32	108.683,09	Em Cobrança
6912	11/2013	REAL	24/12/2013	95.007,10	95.007,10	19.001,42	6.526,98	120.535,50	Em Cobrança



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN

Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional

Procuradoria da Dívida Ativa

Equipe Regional de Negociação

Processo: 10510.720.417/2013-19

Código de Receita	PA	Moeda	Vencimento	Saldo Originário	Valor do Principal	Valor das Multas	Valor dos Juros	Valor Consolidado Sem Reduções	Situação do Débito
1840	04/2012	REAL	25/05/2012	80.313,46	80.313,46	16.062,69	15.299,71	111.675,86	Em Cobrança
1840	05/2012	REAL	25/06/2012	81.466,76	81.466,76	16.293,35	14.998,03	112.758,14	Em Cobrança
1840	08/2012	REAL	25/09/2012	24.735,65	24.735,65	4.947,13	4.081,38	33.764,16	Em Cobrança
1840	09/2012	REAL	25/10/2012	35.117,30	35.117,30	7.023,46	5.580,13	47.720,89	Em Cobrança
1840	10/2012	REAL	23/11/2012	37.060,04	37.060,04	7.412,00	5.685,01	50.157,05	Em Cobrança
1840	11/2012	REAL	24/12/2012	50.200,60	50.200,60	10.040,12	7.424,66	67.665,38	Em Cobrança
1921	04/2012	REAL	25/05/2012	17.154,33	17.154,33	3.430,86	3.267,89	23.853,08	Em Cobrança
1921	05/2012	REAL	25/06/2012	17.400,67	17.400,67	3.480,13	3.203,46	24.084,26	Em Cobrança
1921	10/2012	REAL	23/11/2012	7.915,74	7.915,74	1.583,14	1.214,27	10.713,15	Em Cobrança
1921	11/2012	REAL	24/12/2012	10.722,46	10.722,46	2.144,49	1.585,85	14.452,80	Em Cobrança
5123	09/2011	REAL	25/10/2011	225.572,25	225.572,25	45.114,45	55.784,01	326.470,71	Em Cobrança
5123	10/2011	REAL	25/11/2011	281.807,99	281.807,99	56.361,59	67.267,56	405.437,14	Em Cobrança
5123	11/2011	REAL	23/12/2011	326.853,94	326.853,94	65.370,78	75.045,66	467.270,38	Em Cobrança
5123	12/2011	REAL	25/01/2012	253.147,85	253.147,85	50.629,57	55.869,73	359.647,15	Em Cobrança
5123	02/2012	REAL	23/03/2012	219.230,42	219.230,42	43.846,08	44.942,23	308.018,73	Em Cobrança
5123	03/2012	REAL	25/04/2012	177.775,38	177.775,38	35.555,07	35.181,74	248.512,19	Em Cobrança
5123	04/2012	REAL	25/05/2012	136.644,48	136.644,48	27.328,89	26.030,77	190.004,14	Em Cobrança
5123	05/2012	REAL	25/06/2012	426.404,41	426.404,41	85.280,88	78.501,05	590.186,34	Em Cobrança
5123	06/2012	REAL	25/07/2012	212.326,34	212.326,34	42.465,26	37.645,46	292.437,06	Em Cobrança
5123	07/2012	REAL	24/08/2012	171.968,81	171.968,81	34.393,76	29.303,48	235.666,05	Em Cobrança
5123	08/2012	REAL	25/09/2012	227.277,11	227.277,11	45.455,42	37.500,72	310.233,25	Em Cobrança
5123	09/2012	REAL	25/10/2012	219.792,08	219.792,08	43.958,41	34.924,96	298.675,45	Em Cobrança
5123	10/2012	REAL	23/11/2012	343.351,32	343.351,32	68.670,26	52.670,09	464.691,67	Em Cobrança
5123	11/2012	REAL	24/12/2012	379.645,19	379.645,19	75.929,03	56.149,52	511.723,74	Em Cobrança
5856	09/2011	REAL	25/10/2011	279.040,16	279.040,16	55.808,03	69.006,63	403.854,82	Em Cobrança
5856	10/2011	REAL	25/11/2011	265.015,21	265.015,21	53.003,04	63.259,13	381.277,38	Em Cobrança
5856	11/2011	REAL	23/12/2011	353.270,18	353.270,18	70.654,03	81.110,83	505.035,04	Em Cobrança
5856	12/2011	REAL	25/01/2012	242.600,27	242.600,27	48.520,05	53.541,87	344.662,19	Em Cobrança
5856	01/2012	REAL	24/02/2012	201.523,37	201.523,37	40.304,67	42.964,78	284.792,82	Em Cobrança
5856	02/2012	REAL	23/03/2012	241.893,31	241.893,31	48.378,66	49.588,12	339.860,09	Em Cobrança
5856	03/2012	REAL	25/04/2012	188.121,94	188.121,94	37.624,38	37.229,33	262.975,65	Em Cobrança
5856	04/2012	REAL	25/05/2012	135.326,24	135.326,24	27.065,24	25.779,64	188.171,12	Em Cobrança
5856	05/2012	REAL	25/06/2012	441.022,25	441.022,25	88.204,45	81.192,19	610.418,89	Em Cobrança
5856	07/2012	REAL	24/08/2012	175.546,88	175.546,88	35.109,37	29.913,18	240.569,43	Em Cobrança
5856	08/2012	REAL	25/09/2012	271.466,26	271.466,26	54.293,25	44.791,93	370.551,44	Em Cobrança
5856	09/2012	REAL	25/10/2012	263.290,85	263.290,85	52.658,17	41.836,91	357.785,93	Em Cobrança
5856	10/2012	REAL	23/11/2012	302.948,27	302.948,27	60.589,65	46.472,26	410.010,18	Em Cobrança
5856	11/2012	REAL	24/12/2012	388.155,51	388.155,51	77.631,10	57.408,19	523.194,80	Em Cobrança
6912	09/2011	REAL	25/10/2011	59.171,92	59.171,92	11.834,38	14.633,21	85.639,51	Em Cobrança
6912	10/2011	REAL	25/11/2011	56.078,71	56.078,71	11.215,74	13.385,98	80.680,43	Em Cobrança
6912	11/2011	REAL	23/12/2011	74.882,57	74.882,57	14.976,51	17.193,03	107.052,11	Em Cobrança
6912	12/2011	REAL	25/01/2012	51.183,09	51.183,09	10.236,61	11.296,10	72.715,80	Em Cobrança
6912	01/2012	REAL	24/02/2012	42.546,35	42.546,35	8.509,27	9.070,88	60.126,50	Em Cobrança
6912	02/2012	REAL	23/03/2012	51.279,96	51.279,96	10.255,99	10.512,39	72.048,34	Em Cobrança
6912	03/2012	REAL	25/04/2012	39.446,37	39.446,37	7.889,27	7.806,43	55.142,07	Em Cobrança
6912	04/2012	REAL	25/05/2012	28.458,99	28.458,99	5.691,79	5.421,43	39.572,21	Em Cobrança
6912	05/2012	REAL	25/06/2012	93.956,05	93.956,05	18.791,21	17.297,30	130.044,56	Em Cobrança
6912	07/2012	REAL	24/08/2012	37.142,22	37.142,22	7.428,44	6.329,03	50.899,69	Em Cobrança
6912	08/2012	REAL	25/09/2012	57.724,82	57.724,82	11.544,96	9.524,59	78.794,37	Em Cobrança
6912	09/2012	REAL	25/10/2012	55.901,43	55.901,43	11.180,28	8.882,73	75.964,44	Em Cobrança
6912	10/2012	REAL	23/11/2012	64.092,62	64.092,62	12.818,52	9.831,80	86.742,94	Em Cobrança
6912	11/2012	REAL	24/12/2012	82.353,87	82.353,87	16.470,77	12.180,13	111.004,77	Em Cobrança



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN

Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional

Procuradoria da Dívida Ativa

Equipe Regional de Negociação

Parcelamento Especial Lei 13.496/17 - PERT

Débitos Previdenciários incluídos na Prestação das Informações

Nº DEBCAD	Período de Apuração/Competência	Vencimento	Valor consolidado em 30/08/2017
42.444.094-6	06/2012 - 06/2012	-	180.846,92
42.455.766-5	07/2012 - 08/2012	-	473.799,34
42.467.654-0	09/2012 - 10/2012	-	446.151,74
42.479.470-5	11/2012 - 11/2012	-	273.183,82
42.491.103-5	12/2012 - 13/2012	-	427.775,31
42.565.085-5	03/2013 - 05/2013	-	250.896,39
46.776.170-1	04/2014 - 07/2014	-	267.657,42

LR CIA (33.089.053/0001-80)

PA 13710.001036/2003-05

19/11/2025

Extrato de Processo - Situação Fiscal do Contribuinte - e-CAC

Contribuinte: 33.089.053/0001-80
Situação: EM JULGAMENTO DE RECURSO VOLUNTARIO
Data de Início: 03/07/2015
Localização: DEL REC FED ADMINIST TRIBUTARIA-RJO-RJ

Processo: 13710.001.036/2003-05

Rec.	PA/Ex.	DT.Vcto	Valor Original	Saldo Devedor
<input type="checkbox"/> 2172	03/2003	15/04/2003	482.871,72	482.871,72
<input type="checkbox"/> 8109	03/2003	15/04/2003	103.137,67	103.137,67

☐ Selecionar todos os débitos

Consolidar

Voltar

Pré-visualização para impressão

Faughner (10.648.706/0001-18)

Conta Corrente

CP-PATRONAL	Rec.	PA/Ex.	DT.Vcto.	Valor Original	Saldo Devedor	Informações Complementares
<input type="checkbox"/> 1138-01	10/2025	10/11/2025		163.669,52	163.378,52	
<input type="checkbox"/> 1138-04	10/2025	10/11/2025		68.800,00	68.800,00	
<input type="checkbox"/> 1046-01	10/2025	10/11/2025		10.390,94	10.390,94	

Parcelamento Lei 12.996/2014 (Previdenciários)

CNPJ: 10.648.706/0001-18 (matriz)

Debcad	Valor do Principal	Valor da Multa Isolada	Valor das Multas de Mora/Ofício	Valor dos Juros	Valor Consolidado Sem Reduções	Situação do Débito
40.003.152-3	36.190,72	0,00	7.238,13	9.995,32	53.424,17	em cobrança
40.025.763-7	197.188,47	0,00	39.437,75	48.817,73	285.443,95	em cobrança
46.046.635-6	170.249,13	0,00	34.049,85	34.250,71	238.549,69	em cobrança
46.046.636-4	14.251,28	0,00	2.850,26	2.818,45	19.919,99	em cobrança



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN

Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional

Procuradoria da Dívida Ativa

Equipe Regional de Negociação

Parcelamento Lei 12.996/2014 (Demais Débitos)

CNPJ: 10.648.706/0001-18 (matriz)

Débitos não agrupados em processo

Código de Recolha	PA	Moeda	Vencimento	Saldo Originário	Valor do Principal	Valor das Multas	Valor dos Juros	Valor Consolidado Sem Reduções	Situação do Débito
1345	04/2009	REAL	12/01/2012	200,00	200,00	0,00	44,14	244,14	Em Cobrança
1345	05/2009	REAL	12/01/2012	200,00	200,00	0,00	44,14	244,14	Em Cobrança
1512	12/2011	REAL	13/08/2012	35.000,00	35.000,00	0,00	5.964,00	40.964,00	Em Cobrança
1708	12/2010	REAL	20/01/2011	3,56	3,56	0,71	1,17	5,44	Em Cobrança

III - Listagem das inscrições em Dívida Ativa excluídas da Transação, com indicação das respectivas situações;

- 51.3.19.000025-69 (LR NE) – Garantia e Penhora na EF nº 0803464-96.2021.4.05.8500 (débito sob discussão na Ação Anulatória 1009831-11.2019.4.01.3400)
- 70.6.16.014.613-98 (LR CIA) – Garantia e Penhora na EF nº 0162444-49.2016.4.02.5101
- 70.2.16.004.428-70 (LR CIA) – Garantia e Penhora na EF nº 0162444-49.2016.4.02.5101



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN

Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional

Procuradoria da Dívida Ativa

Equipe Regional de Negociação

IV - Plano de pagamento;

Extrato SISPAR

V - Garantias.

Conforme cláusula 7.2.

DATA E ASSINATURAS

Recife, 1º de dezembro de 2025.

[Redacted Signature]
JOÃO HENRIQUE CHAUFFAILLE GROGNET
Procurador-Geral Adjunto de Gestão da Dívida Ativa

[Redacted Signature]
CECILIA BEZERRA DE MELLO LEMOS
Procurador(a)-Chefe da Dívida Ativa-PDA5

[Redacted Signature]
MARIANA FAGUNDES LELLIS VIEIRA
Coordenadora-Geral de Negociação – PGDAU

[Redacted Signature]
BRUNO DIAS ALVES DA SILVA
Procurador da Fazenda Nacional – NEGOCIA-PRFN 5

[Redacted Signature]
ALEXANDRE DE ANDRADE FREIRE
Procurador-Regional da Fazenda Nacional da 5ª Região

[Redacted Signature]
LR NORDESTE S/A
ADM - Augusto Sergio de Oliveira Ribas

[Redacted Signature]
FAUGHER DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE
HIGIENE PESSOAL LTDA
ADM - Augusto Sergio de Oliveira Ribas

[Redacted Signature]
LR CIA BRASILEIRA DE PRODUTOS DE HIGIENE E
TOUCADOR S/A
ADM - Augusto Sergio de Oliveira Ribas

[Redacted Signature]
HR COMPAR PARTICIPAÇÕES LTDA
ADM - Augusto Sergio de Oliveira Ribas

[Redacted Signature]
RICARDO SORIANO
Advogado - [Redacted]